

ÍNDICE PAÍS página 2. PORTO página 4. UP página 5. EDUCAÇÃO página 6. CULTURA página 7. ÚLTIMA página 8.

## Cavaco pede aos politécnicos para serem diferentes das universidades página 2



# Presidente destaca importância dos politécnicos

Sara Otto Coelho - ljcc05070@icicom.up.pt

*Cavaco Silva ficou a conhecer parte da investigação que se realiza no ISEP. No último dia do Roteiro pela Ciência, apelou à aposta em projectos na área das TIC.*

Cavaco Silva terminou terça-feira, no Porto, o Roteiro pela Ciência, uma iniciativa que teve por objectivos valorizar projectos científicos nacionais inovadores e incentivar a aposta nas tecnologias da informação e comunicação (TIC), de modo a “conseguir resultados mais positivos do que o evidenciou nos últimos sete ou oito anos”, afirmou o Presidente da República no seu discurso de encerramento, em Gaia.

A visita iniciou-se por volta do meio-dia no Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), onde Cavaco Silva pôde ver alguns trabalhos de três grupos de investigação do Instituto.

Cavaco esteve na Área Metropolitana do Porto no último dia do Roteiro pela Ciência

O Presidente afirmou-se surpreendido pelo trabalho do ISEP no domínio da robótica e afirmou que era importante “atribuir um destaque aos politécnicos” e à investigação que realizam, contribuindo para o desenvolvimento do país.

Logo após ter marcado um golo numa baliza defendida por um guarda-redes robô, Cavaco classificou o ISEP como “uma das maiores escolas do país” e deixou um elogio ao facto de as potencialidades dos politécnicos serem “diferentes das universidades”. “É fundamental possuir especificidades. Este é o caminho certo, o da diferenciação em relação às universidades”, afirmou.

**Renovar o tecido empresarial português**  
Por volta das 15h30h, Cavaco Silva deslocou-se a NET (Novas Empresas e Tecnologias), um centro de incubação de empresas do Porto, que fomenta, guia e moderniza

pequenas e médias empresas

A NET, fundada em 1987, funcionou durante 20 anos em pré-fabricados com “condições terríveis”, disse no seu discurso o seu presidente, Alberto Mesquita, logo após Cavaco ter inaugurado o novo espaço.

Alberto Mesquita afirmou que a NET está “em contacto permanente com a Universidade do Porto e com os politécnicos”, acrescentando que acredita numa “renovação do tecido empresarial português”.

A quarta e última jornada do Roteiro pela Ciência terminou com a inauguração, em Gaia, da nova sede da ALERT, empresa na área de software para a saúde. O presidente da ALERT, Jorge Guimarães, explicou as funcionalidades do programa, que já se expandiu para a Europa, América e Ásia.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/20/>



# Pescadores parados contra preços dos combustíveis

Marisa Ferreira - ljcc05008@icicom.up.pt

*Embarcações portuguesas vão parar no próximo dia 30 de Maio e só voltam ao trabalho se o Governo tomar medidas.*

As associações de pesca portuguesas convocaram uma paralisação das embarcações de pesca portuguesas para o próximo dia 30 de Maio, sexta-feira. Na base das reivindicações está o aumento do preço dos combustíveis.

“A pesca está altamente dependente dos combustíveis”, como afirma António Miguel Cunha, presidente da Associação dos Armadores da Pesca Industrial (Adapi), que diz ainda que, por exemplo, um barco que abasteça entre 30 a 40 mil litros de combustível, paga cerca de 25 mil euros.

Com a paralisação das embarcações, o peixe fresco poderá escassear nos mercados portugueses e atingir preços proibitivos. Segundo Miguel Cunha, caso “Espanha e França paralise, todo o pescado fresco

deixará de chegar a Portugal, apenas chegará o pescado de países não-comunitários, cujas condições higieno-sanitárias são muito duvidosas”.

Os armadores e pescadores garantem que só voltam ao mar quando o Governo tomar medidas que atenuem a crise que se vive no sector pesqueiro português.

Duarte Sá, secretário-geral da Associação de Armadores de Pesca do Norte (AAPN), refere que não sabe “quanto tempo a paralisação vai durar”. “Portugal não tem capacidade para produzir pescado em quantidade suficiente para abastecer a população portuguesa”, afirmou.

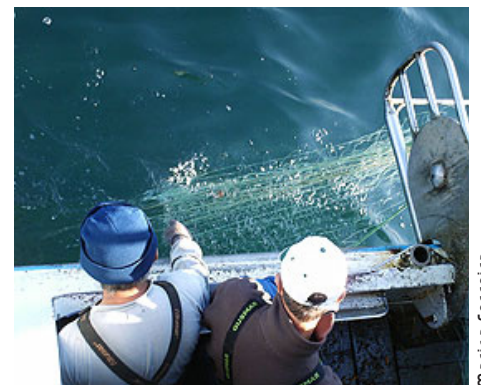
O sector das pescas tem passado por algumas dificuldades, pois, segundo Miguel Cunha, “é um sector de excepção, que não consegue controlar a sua produção, quer por questões aleatórias do tempo e condições do mar, quer por motivos de restrições impostas pela União Europeia”.

O ministro da Agricultura e Pescas, Jaime Silva, afirmou à Lusa que os pescadores devem aproveitar os fundos comunitários para se modernizarem, em vez de pedirem subsídios para fazerem face aos constantes aumentos dos combustíveis. Miguel Cunha explica que o fundo comunitário para a pesca no período 2007-2013 ainda não foi regularizado pelo ministério.

Fonte do Ministério da Agricultura e Pescas afirmou ao JPN que “três dos primeiros diplomas foram publicados sexta-feira, mas ainda não existe uma data para a regularização oficial da situação”. Afirmou ainda que os pescadores não têm motivos para fazer uma paralisação por causa dos combustíveis, uma vez que, “como os agricultores, só pagam metade do valor dos combustíveis, pois têm acesso ao gasóleo verde, ou seja, não pagam o ISP e o IVA”.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/23/>

Paralisação do sector  
pesqueiro pode deixar  
mercados  
sem peixe fresco



Marisa Ferreira

# Feira do Livro nos Aliados em 2009

Joana Caldeira Martinho - ljcc05051@letras.up.pt

*No próximo ano, feira terá de sair do Pavilhão Rosa Mota, que entrará em obras. 78a edição do evento, que começou esta quarta-feira, vai homenagear Germano Silva e Nuno Canavez.*

O presidente da Câmara Municipal do Porto (CMP), Rui Rio, está empenhado em instalar a Feira do Livro do Porto na Avenida dos Aliados, em 2009. A 78a Feira do Livro, que se iniciou esta quarta-feira, dura até 10 de Junho e, tal como em anos anteriores, acontece no Pavilhão Rosa Mota.

Rui Rio espera que “daqui por um ano o pavilhão já se encontre num processo de obras e de evolução”, o que obrigará a Feira a mudar de lugar.

O evento pode voltar a funcionar no Pavilhão Rosa Mota, mas só depois da reabilitação. Entretanto, o autarca está empenhado em levar a Feira do Livro para a Avenida dos Aliados no próximo ano, já que seria importante “para a tradição da cidade e para a animação do espaço da Avenida”.

“É um esforço que vamos continuar a fazer”, acrescenta. Contudo, o presidente da CMP assume que a transferência deste “evento cultural mais do que enraizado na cidade” para os Aliados “tem custos assinaláveis, porque se têm de construir os stands”.

O presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), António Baptista Lopes, afirma que a APEL “vai trabalhar em conjunto com a CMP para encontrar a

melhor localização” para a o evento.

A ausência directa de grandes grupos editoriais, como a LeYa, não teve repercussão na oferta, garante o presidente da APEL. “Aqui no Porto temos o mesmo número de stands do ano passado e em Lisboa temos um acréscimo de 10%”, sublinha. Baptista Lopes salienta ainda que as feiras de 2007 foram “boas para os editores”, em termos de “volume de negócios”.

Este ano, a Feira do Livro do Porto conta com 96 stands em representação de 60 editoras. Serão homenageados Germano Silva, historiador e jornalista, e Nuno Canavez, alfarrabista.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/21/>

A 78ª Feira do Livro do Porto decorre de 21 de Maio a 10 de Junho



## Unidades de investigação da UP vão servir PME a baixo custo

*26 unidades de investigação e inovação da UP vão prestar serviços a pequenas e médias empresas. QREN financia 75% da aquisição dos serviços.*

Janine Barbosa - lj04030@icicom.up.pt

As pequenas e médias empresas nacionais (PME) vão poder recorrer aos serviços de investigação e inovação da Universidade do Porto (UP), a baixo custo, através de dois programas de incentivos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

O QREN vai financiar 75% dos projectos das PME, no valor máximo de 25 mil euros, para a aquisição de serviços às entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Os dois programas de incentivos à qualificação tecnológica das empresas correspondem a vales monetários para as PME poderem adquirir os serviços aos laboratórios nacionais.

O “Vale I&DT” corresponde a serviços de investigação e desenvolvimento tecnológico em áreas como as ciências e tecnologias do ambiente, ciências da saúde, engenharia de sistemas, engenharia electrotécnica, automação e controlo, gestão industrial, entre outras.

Destinado à aquisição de serviços de consultoria e apoio aos sistemas de inovação, o “Vale Inovação” abrange, entre outras áreas, a propriedade industrial, economia digital, qualidade, ambiente e organização e gestão de tecnologias da informação e comunicação.

Entre as 128 entidades certificadas pelo QREN, encontram-se 26 unidades de investigação e inovação da UP. O critério de

selecção incidiu nas competências científicas e tecnológicas das respectivas equipas técnicas e actividades de prestação de serviços.

### “Investimento interessante”

Em declarações ao JPN, Rita Marques, assessora para relações empresariais da Reitoria da UP, considera que “esta é uma das muitas ferramentas ao dispor para aproximar a realidade empresarial das unidades de investigação da comunidade académica”. “É um investimento interessante, na medida em que é financiado, e que contempla a possibilidade do projecto ser enquadrado em diversas áreas, suficientemente amplas para poderem acomodar várias necessidades das PME da região ou de contexto nacional”.

As empresas podem candidatar-se à atribuição dos programas de incentivo até 16 de Junho, apresentando projectos dentro das áreas pré-definidas pela QREN.

Para poderem candidatar-se, as empresas não podem já ter acedido a fundos do QREN. A constituição do projecto por mais de cinco colaboradores é outro dos requisitos para a candidatura das empresas.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/21/>

## Fundo de Solidariedade da Pastoral Universitária do Porto em risco

Sandra Silva Pinto - lj04061@icicom.up.pt

O Fundo de Solidariedade da Pastoral Universitária (PU) do Porto, criado em 1992 pelo então bispo auxiliar, D. Gilberto Canavarro, está em risco de se extinguir.

Ao longo dos 16 anos de existência, o fundo tem tido como principal objectivo o apoio

financeiro dos estudantes mais carenciados da Universidade do Porto (UP), sobretudo os provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O desaparecimento do fundo significará a perda de uma significativa ajuda monetária para cerca de 500 estudantes que a recebem todos os anos.

O fundo subsiste apenas através das doações voluntárias dos membros da UP. Nesse sentido, o padre António Bacelar, representante da PU, apelou à solidariedade dos estudantes, via *e-mail*, uma vez que, este ano, o ofertório da missa da Benção das Pastas

ficou muito aquém das expectativas.

A PU do Porto, sediada na Casa Diocesana de Vilar, visa a “expressão da Igreja no mundo da cultura e da universidade” e procura “promover e dinamizar o diálogo entre a fé e a cultura no seio de toda a comunidade académica”. Os Serviços Diocesanos de Pastoral Universitária apoiam estudantes um pouco por todo o país. No total, existem cerca de 18 centros diocesanos de PU, isto é, um em cada distrito nacional.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/23/>

# CNE propõe mudanças no ensino

Patrícia Silva - lj0408l@icicom.up.pt

*Fusão do primeiro e segundo ciclos do ensino básico é a proposta do CNE para solucionar passagem abrupta. Ministério da Educação prefere falar em “articulação”.*

Um estudo apresentado, segunda-feira, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) defende a necessidade de maior ligação entre o “sistema educativo” e o “sistema social” para evitar a passagem abrupta entre graus de ensino. O documento aponta a fusão do primeiro e segundo ciclos como o caminho para a melhor integração dos alunos na rede educativa actual.

O Ministério da Educação, através de fonte do gabinete de comunicação, apresenta a “concentração dos alunos em centros escolares e a aproximação dos professores no espaço físico” como medidas que revelam passos dados no sentido da articulação dos dois primeiros ciclos do ensino básico.

Em declarações ao JPN, a mesma fonte acrescenta que “articulação” é o termo mais correcto para designar o processo em causa, e não “fusão” como tem vindo a ser referido. “O objectivo é juntar os alunos em condições favoráveis e não de qualquer forma”, destaca.

O presidente da Associação Nacional de

Professores (ANP), João Grancho, avalia de forma positiva as conclusões do estudo do CNE, mas salienta que “é necessário criar uma proposta ponderada”. “Só faz sentido uma alteração se a mesma trazer benefícios para os alunos”, explicou ao JPN

João Grancho mostra disponibilidade para integrar a discussão relativa a uma reestruturação do ensino. “Qualquer alteração positiva será bem aceite por nós, até porque a formação dos professores já caminha nesse sentido”, frisou.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/20/>

# O regresso de Indiana Jones, 19 anos depois

Filipe Dinis - jpn@icicom.up.pt

*“Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal” é a quarta aventura da série. Filme foi apresentado, no passado domingo, no Festival de Cannes.*

19 anos depois, Indiana Jones está de volta aos grandes ecrãs. Sempre com o chicote e com o famoso chapéu a acompanhá-lo, Harrison Ford volta a vestir a pele do famoso arqueólogo, em “Indiana Jones e o Reino da Caveira de Cristal”. O quarto filme da saga junta novamente o actor com Steven Spielberg e George Lucas, contando ainda com Cate Blanchett no papel de vilã e com Shia LaBeouf.

Este era um regresso há muito esperado pelos fãs da série que se iniciou em 1981 com “Os Salteadores da Arca Perdida”. Três anos depois, Spielberg realizou o segundo filme da saga, denominado “Indiana Jones e o Templo Perdido”. Em 1989, surgiu a terceira aventura, agora com “Indiana Jones e a Grande Cruzada”. 19 anos depois, após algumas tentativas que saíram frustradas, Spielberg, Lucas e Ford concretizaram o quarto filme, que teve a sua antestreia no passado domingo no Festival de Cannes.

Apesar da euforia à volta do filme, este terá sido recebido com alguma desconfiança por parte da selectiva crítica do Festival de Cannes. O filme desta vez tem nos soviéticos os principais vilões. A trama passa-

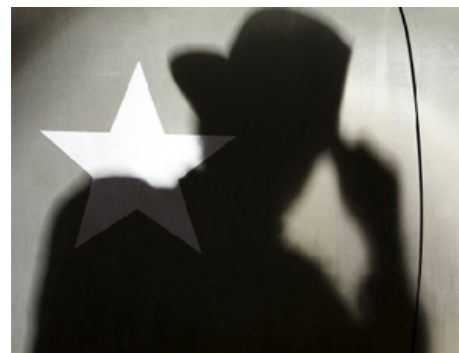
se durante a Guerra Fria, que sucede à II Guerra Mundial como palco principal das acções de Indiana Jones.

O regresso de Indiana Jones ao grande ecrã não foi a única boa notícia que os fãs do herói receberam nos últimos dias. É que Steven Spielberg já afirmou que este pode não ter sido o fim de “Indy”. O realizador deixou claro que a sua decisão dependerá das reacções que o filme provocar nos seus mais fiéis perseguidores. O filme estreia-se esta quinta-feira 22 de Maio, quinta-feira, nos cinemas por todo o mundo.

O realizador António Pedro Vasconcelos explica que o Indiana Jones “é uma série tão popular que se percebe que a parilha Spielberg/Lucas tenha tentado fazer uma última aventura enquanto o Harrison Ford é credível como herói”. “Juntamente com a Guerra das Estrelas marcou uma era no cinema americano”, diz.

Mário Augusto, jornalista de cinema, afirma que “o Indiana Jones é mais especial para uma geração mais velha”. Aquilo que torna a personagem tão especial é o facto de “Spielberg e Lucas terem conseguido fazer uma síntese perfeita do velho herói de cinema com os ingredientes bem misturados da regra do cinema de acção”.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/22/>



# 56 voos da CIA terão passado pelo espaço aéreo português

Bárbara Oliveira - lj04079@icicom.up.pt

*PCP acusa Governo de não ter fiscalizado 56 voos entre 2005 e 2007 que passaram por Portugal e garante que vão surgir novas informações.*

O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações remeteu, na semana passada, ao deputado comunista Jorge Machado, uma listagem de 56 voos que passaram por território português rumo a Guantanamo. Os aviões sobrevoaram o espaço aéreo português de Julho de 2005 até Dezembro de 2007 e seriam da responsabilidade da agência norte-americana CIA, apesar de o Governo não ter explicitado o seu conteúdo.

O deputado do PCP afirmou que “Portugal não fiscalizou os voos porque não quis”.

Jorge Machado acrescentou ainda que o Governo, “por acção ou por omissão, é conivente com esta utilização do espaço aéreo por parte da CIA”.

Portugal “não foi só um sítio de passagem, há vários voos que fizeram escala em território nacional, para abastecer e para outras operações que desconhecemos”, como explicou ao JPN Jorge Machado.

O deputado revela que “antes de Maio de 2006, os voos tinham natureza essencialmente civil e passaram a ter quase todos natureza militar”. Contudo, “isto não pode servir de desculpa para impedir a fiscalização”, salientou.

Questionado sobre a razão da falta de investigação relativamente ao conteúdo dos voos, explica que Portugal não quer apurar,

porque “tem uma atitude de subserviência face aos EUA”. Afirma, no entanto, que “há fortíssimas suspeitas de que alguns destes voos transportaram passageiros”.

A Reprieve, organização não-governamental britânica, publicou a 28 de Janeiro um relatório que concluiu que “o território e o espaço aéreo português foi usado para transferir mais de 700 presos para torturar na ilegal Baía de Guantanamo”. Segundo o documento, pelo menos nove dos 728 presos que foram transportados através da jurisdição portuguesa tinham sido severamente torturados em prisões secretas do mundo, antes da sua chegada a Guantanamo”.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/23/>

## Sócrates condenado a pagar dez mil euros a jornalista do “Público”

Marisa Ferreira - ljcc05008@icicom.up.pt

*Na origem do caso está um artigo publicado em 2001 por José António Cerejo sobre um subsídio entregue pelo então ministro do Ambiente à DECO.*

O primeiro-ministro, José Sócrates, foi condenado, no passado dia 15 de Maio, pelo Tribunal da Relação de Lisboa, ao pagamento de dez mil euros ao jornalista José António Cerejo do “Público”, por danos não patrimoniais.

O processo começou quando José Sócrates, no dia 1 de Março de 2001, ainda ministro do Ambiente, escreveu uma carta para o jornal, a acusar o jornalista de “delírio, fantasia e

falsidades” e de ser um jornalista que se “recusa persistentemente a ver as evidências e nega o indocumentado”, “servindo em todo o caso propósitos estranhos à actividade jornalística”.

A reacção de José Sócrates deveu-se a um conjunto de notícias, assinadas pelo jornalista do “Público”, que se referiam a um subsídio, atribuído pelo actual primeiro-ministro, de um milhão de euros, à associação de defesa do consumidor DECO.

Na altura, José António Cerejo afirmou que a carta escrita pelo então ministro do Ambiente era “um caso de baixeza e infâmia pessoal”.

“Para a pequena história da baixeza política e da pesporrência pessoal ficará sem dúvida o arrasado de insultos a que José Sócrates aqui recorre contra quem se limitou a mostrar aquilo que ele tudo fez para manter em segredo”, disse José António Cerejo.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/21/>